

O (QUASE) FECHAMENTO DE UM MUSEU: A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL ATUAL¹

Leonardo Leal Esteves (IPP-CEBRAP/PPGA-UFS/Brasil)

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Políticas públicas; Brasil.

Introdução

Neste artigo, trago considerações preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento, por meio da qual pretendo compreender as ações e articulações políticas que indivíduos e coletivos culturais desenvolvem para a salvaguarda de um bem patrimonializado, diante do atual cenário de reconfiguração e/ou desmonte de uma série de políticas públicas voltadas à cultura. Para isso, tomo como referência o frevo, registrado como patrimônio cultural imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 2007, e inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2012.

Partindo de uma série de ações e mobilizações políticas organizadas por artistas e representantes de coletivos ligados ao frevo na cidade do Recife – PE, frente a rumores acerca do iminente fechamento de um museu dedicado ao frevo em 2018, busco compreender possibilidades e limites das políticas de patrimonialização e as estratégias de resistência dos próprios atores sociais mobilizam para manutenção daquilo que eles consideram o “seu patrimônio”.

Tendo em vista o atual cenário político no Brasil, em que setores conservadores da sociedade (com tendências autocráticas) e segmentos defensores de políticas neoliberais passaram a assumir o poder, percebe-se um movimento de diminuição de investimentos em áreas como a da cultura, bem como de repressão à liberdade de expressão e de culto de segmentos minoritários.

Neste sentido, penso que a pesquisa poderá contribuir para compreensão dos desafios e perspectivas para manutenção de ações em torno do campo do patrimônio na atualidade, bem como para avaliar os efeitos das recentes mudanças nos processos de institucionalização das políticas culturais em níveis locais.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

O frevo e o seu processo de patrimonialização

As ações relacionadas à Política de Registro no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC no Brasil foram criadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 1999, a partir de experiências e debates que, de alguma forma, foram sendo acumulados no plano internacional por parte do Poder Público e da Sociedade Civil, desde a década de 1930². Tais ações destinam-se aos chamados bens culturais de natureza imaterial ou intangível, como as chamadas “formas de expressão”, “lugares”, “ofícios e modos de fazer” e “celebrações” que não poderiam ser protegidos adequadamente por meio das tradicionais políticas de tombamento (Corsino, 2000; IPHAN, 2010).

As políticas voltadas ao patrimônio imaterial têm como orientação principal a noção de “referência cultural”, que passou a ser defendida no Brasil na década de 1970, a partir das contribuições de intelectuais como Aloísio Magalhães. A noção de referência cultural pressupõe uma compreensão mais ampla e democrática do que poderia ser considerado como patrimônio. Nesta acepção, leva-se em consideração o valor atribuído a determinados bens imateriais por sujeitos particulares e coletividades, em função de critérios e interesses por eles compartilhados. Em outras palavras, assume-se que alguns bens são referências importantes do ponto de vista simbólico, econômico e/ou social para determinadas coletividades e, por isto, devem ser reconhecidos como patrimônio por

² A partir dos anos 1930, na gestão do ex-Presidente Getúlio Vargas, as relações do Estado com o campo cultural passaram a se caracterizar por atuações mais sistemáticas e pela criação de diversas instituições. Destas ações, resultaram o surgimento de entidades museológicas, órgãos de preservação, ações de pesquisa e legislações relacionadas ao campo cultural, em uma amplitude desconhecida até então no país. A maioria dos autores afirma que, foi apenas a partir daquele momento que o Brasil passou de fato a criar políticas públicas, no sentido estrito do termo, com um caráter mais planejador para o campo cultural (Calabre, 2009; Gruman, 2008; Rubim, 2007). É importante ressaltar, no entanto, que apesar daquele esforço inicial e, a despeito de sua orientação teoricamente “objetiva” e “racional”, as ações do Estado voltadas para o campo cultural já surgiram de alguma forma segmentadas. O processo de institucionalização que passou a ocorrer no campo cultural, durante muito tempo, tendeu a privilegiar mais diretamente a chamada “produção erudita”, associada aos interesses das classes dominantes, como apontaram Lúcia Lippi Oliveira, 2008 e Antônio Rubim (2007). Destaca-se naquele contexto, entretanto, a atuação de Mário de Andrade como uma das vozes dissonantes no processo de valorização e defesa das manifestações de cultura popular. A partir de sua atuação no Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade estimulou pesquisas de campo em diferentes localidades do Brasil para registro de manifestações da cultura popular e propôs políticas de patrimonialização para este segmento, ainda que não tenham sido plenamente realizadas (Ayala, Ayala, 2006; Oliveira, 2008). Além disso, no Pós-Guerra, o Brasil foi um dos países signatários da convenção para criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e, com isto, se comprometeu a instalar instituições e comissões no país que pudessem contribuir de alguma forma para a valorização do patrimônio histórico e da diversidade cultural no âmbito nacional (Calabre, 2009).

parte do Estado e objeto de políticas públicas que contribuam para garantir a diversidade cultural do país e a sua salvaguarda.

Antes disso, as políticas de patrimônio no Brasil tinham um caráter mais fortemente colonialista e estavam predominantemente voltadas aos chamados “bens de pedra e cal” e às “belas artes”, mais associados à “história oficial” numa perspectiva fortemente eurocêntrica e aos interesses das classes dominantes, como forma de construir uma nação a partir dos valores das elites (Oliveira, 2008; Ortiz, 2003).

Como observa Corsino (2000, p. 15), foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil que foram intensificados os debates em torno da necessidade de instituição de políticas públicas voltadas à proteção de bens de natureza mais diversificada. A partir da inclusão do Artigo 216, passava-se a considerar como “patrimônio cultural brasileiro”, tanto os bens de natureza material, quanto imaterial, “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Segundo Corsino (2000), a Política de Registro no Inventário Nacional de Referências Culturais foi desenvolvida a partir deste contexto e assumiu a sua forma atual, mais precisamente, em 1999. Conforme o IPHAN (2010), o seu principal objetivo seria instituir mecanismos diferenciados de proteção e salvaguarda por parte do Poder Público para os bens culturais de natureza imaterial, considerados importantes em termos de identidade, práticas e memória, a partir de um espectro social mais amplo de nossa sociedade.

Em linhas gerais, o processo de Registro no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC que hoje passou a ser implementado para o reconhecimento de bens enquanto patrimônio imaterial junto ao IPHAN, segue um determinado rito burocrático. O processo normalmente se inicia a partir de uma demanda ou da anuência dos próprios “detentores”. Em segundo lugar realiza-se uma exaustiva pesquisa e compilação de documentos acerca do universo do bem a ser inventariado por uma equipe técnica multidisciplinar, sob orientação e supervisão do IPHAN, e o envolvimento direto e obrigatório de representantes do bem em questão.

Posteriormente, envia-se um dossiê para o IPHAN contendo informações exaustivas sobre o bem em questão, sua ocorrência, seus sentidos, as dificuldades materiais de seus representantes, dentre outros aspectos. A partir daí, ocorre a avaliação da candidatura pela instância do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN e o possível registro do bem, como “Patrimônio Imaterial do Brasil”. Por fim, deverá ser

construído um plano de salvaguarda, que aponte ações que visem contribuir para a “melhoria das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais registrados” (IPHAN, 2010, p. 24).

Como foi mencionado, em 2007, o frevo foi registrado enquanto patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN no Livro das Formas de Expressão como Bem Cultural de Natureza Imaterial. Em 2012, além disso, foi incluído na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Após o seu registro pelo IPHAN, foi elaborado um Plano Integrado de Salvaguarda, que apontou diretrizes ações e políticas a serem implementadas pelas diferentes esferas do governo, a partir dos debates entre gestores públicos e representantes da sociedade civil ligados diretamente ao frevo, com vistas a atender demandas identificadas como importantes para contribuir com a continuidade deste bem cultural.

É importante salientar que o frevo é uma expressão cultural extremamente diversa e complexa. Ainda que não possa ser reificado ou essencializado sob determinadas práticas e sentidos, pode-se dizer está associado, ao mesmo tempo, a uma forma muito particular de dança e de música popular brasileira, rito festivo e expressão de dimensões sagradas. Sua ocorrência está fortemente ligada a territórios urbanos em cidades como Recife e Olinda, bem como em outras localidades do estado de Pernambuco e do Brasil. Além disso, o frevo é uma expressão em torno da qual surgem diferentes formas de agremiações carnavalescas, processos de sociabilidade, relações de identidade e de pertencimento, interações artístico-culturais, relações econômicas, dentre outros aspectos (IPHAN, 2006; 2011; Sarmiento, 2010).

Considera-se que o termo “frevo” surgiu como uma espécie de metáfora para representar a agitação que tomava conta das ruas da cidade do Recife no período carnavalesco, bem como a própria efervescência política, cultural e econômica que movimentava a cidade em meio à sua expansão urbana, entre os Séculos XIX e XX³. Como corruptela do termo “ferver”, passou-se a utilizar a palavra “frevo”, como sinônimo da música e da dança que parecia remeter à “ebulição”, “efervescência”, “excitação” da cidade do Recife naquele período, bem como a agitação e a “subversão ordem” que tomava conta dos foliões durante o Carnaval (Araújo, 1996; Lélis, 2011; Oliveira, 1985).

³ Neste período, o frevo era comumente representado em jornais da cidade por figuras de chaleiras em ebulição (Araújo, 1996).

Em uma tentativa bastante preliminar (e na verdade pouco precisa) de definição, a dança do frevo, também chamada de “passo”⁴, consiste em um rico e complexo repertório coreográfico popular. Seus movimentos são expressos geralmente de modo individualizado - seja por foliões amadores ou por passistas profissionais - a partir da música do frevo, sob a histórica influência de jogo e da ginga imprevisível dos capoeiras e da *hexis* corporal das classes trabalhadoras (Araújo, 1996; Oliveira, 1985). Com o tempo, esta mesma dança e seus movimentos foram sendo difundidos, recriados, sistematizados e escolarizados, a partir de inúmeras contribuições de outras expressões culturais, mestres, passistas e da própria Indústria Cultural.

A música, inicialmente também chamada de “marcha carnavalesca”, “marcha pernambucana” ou “marcha nortista”, foi, em um primeiro momento, influenciada entre os séculos XIX e XX pelos dobrados, polcas e outros gêneros executados pelas bandas militares. Posteriormente, passou também a estar associada a demais gêneros contemporâneos como o jazz, mantendo, quase sempre, uma relação dialógica com o próprio vigor da dança (Dantas Silva, 2000; Lélis, 2011). Apesar de suas diferenciações, transformações e distintos gêneros - seja em sua execução instrumental por orquestras de metais e paletas, seja em sua forma cantada, seja nas chamadas “bandas de pau e corda” - passou a ser geralmente executada por músicos profissionais e/ou com um certo grau de formação na área da música. Do ponto de vista rítmico, a música do frevo costuma ser caracterizada por um compasso binário de “perguntas” e “respostas” que, nas palavras de cronistas como Valdemar de Oliveria (1985), “não convida, arrasta” e invade a “alma” dos ouvintes ensejando o “passo”.

O frevo, além disto, é um fenômeno aglutinador que, no início do Século XX, costumava reunir agrupamentos de trabalhadores urbanos, tais como estivadores, ambulantes, carvoeiros, caiadores, dentre outros que desenvolviam atividades na região portuária e nos bairros centrais da cidade do Recife (Araújo, 1996). Até hoje, com isso, o frevo está associado a determinados territórios e bairros, grupos de diferentes matrizes religiosas que contribuem para a reunião de diversos segmentos sociais, organizados em torno de associações, coletivos artísticos, instituições de ensino da música e da dança e

⁴ Como forma de esclarecimento, é importante salientar aqui que quando utilizo a expressão “passo do frevo” estou me referindo à dança do frevo, enquanto que o termo “Paço do Frevo” está relacionado ao equipamento dedicado à salvaguarda do bem cultural. O termo “Paço” remete à ideia de palácio e foi escolhido justamente para lembrar o termo “passo” que remete à dança.

agregiações carnavalescas, como clubes, troças e blocos que desenvolvem atividades durante o Carnaval e ao longo de todo o ano.

Contemporaneamente, apesar de ser uma expressão fortemente relacionada ao cotidiano e à diversidade artística e cultural de diversos grupos sociais em diferentes localidades, de sua relação histórica com determinados territórios, de estar no centro de festividades e rituais sagrados e profanos realizados ao longo do ano, de ocupar um papel fundamental do ponto de vista social e econômico na vida de diversos indivíduos e coletividades, percebe-se que há uma série de desafios para a continuidade do frevo na contemporaneidade.

Com base em um amplo levantamento realizado por ocasião de seu registro, enquanto patrimônio pelo IPHAN, e nas discussões do Comitê Gestor formado entre representantes da sociedade civil e o poder público, foi elaborado um Plano Integrado de Salvaguarda que indicou os seguintes eixos principais para o desenvolvimento de ações e políticas em torno do frevo (IPHAN, 2011):

- 1) Criação de um “Espaço do Frevo” (criação de um espaço de formação, pesquisa, documentação, difusão e valorização do frevo),
- 2) Documentação (preservação do patrimônio documental contido nos acervos particulares, nas sedes das agregiações; ações de fomento e formação para seus detentores e criação de catálogos dos diversos segmentos do frevo),
- 3) Transmissão e informação (produção de um material didático sobre o frevo voltado prioritariamente ao público escolar, criação de uma escola de música com objetivo de desenvolver o ensino e a pesquisa da música do frevo e reestruturação da Escola Municipal de Frevo voltada à área de dança),
- 4) Divulgação (criação de uma rádio virtual, estímulo à divulgação do frevo nas rádios, criação de uma programação semanal voltada ao frevo, fortalecimento dos concursos e estímulo à criação de obras audiovisuais voltadas ao frevo),
- 5) Apoio às agregiações (criação de diversas ações e políticas públicas voltadas às agregiações e de uma associação de amigos do frevo para fortalecimento da Federação Carnavalesca de Pernambuco),
- 6) Legislação: Direito Autoral, Marcas e Patentes (garantia de direitos dos autores),
- 7) Economia da Cultura do Frevo (fortalecimento da economia ligada ao frevo).

A inauguração e (o quase) fechamento do Museu Paço do Frevo

O Paço do Frevo é um museu, inaugurado em 09 de fevereiro de 2014, a partir das sugestões contidas no referido Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo. Com base nas diretrizes indicadas neste documento, o equipamento foi concebido como espaço de referência no desenvolvimento de diversas ações, programas e atividades integradas com vistas à valorização, difusão e continuidade do frevo. O museu está sediado no prédio, tombado pelo IPHAN, onde funcionou entre 1906 e 1973 a antiga companhia de telégrafo

Western Telegraph Company, no bairro do Recife, numa área central da cidade do Recife - PE, em um edifício que possui quatro pavimentos e ocupa uma área total de 2.261,44m².

A partir de uma parceria público-privada, entre a Prefeitura do Recife e a Fundação Roberto Marinho, o prédio onde está localizado o Paço do Frevo foi readequado para abrigar exposições, centro de documentação, salas de aula, estúdio, rádio e espaços para apresentações. Orientado, além disto, por um conjunto de metas pactuadas junto ao poder público e mecanismos de avaliação permanente dos resultados de suas atividades, este museu passou a desenvolver uma série de ações, a partir de um contrato de gestão firmado com uma Organização Social que passou a administrar o equipamento desde 2014, chamada Instituto de Desenvolvimento e Gestão - IDG.

Um dos aspectos a serem destacados aqui, refere-se à curadoria do Paço do Frevo. A instituição possui um conjunto de exposições que foram concebidas a partir da chamada “nova museologia”, que preconiza uma narrativa museológica mais polifônica e uma relação mais interativa dos visitantes com os conteúdos expográficos. Esta perspectiva entende que o público deve ser estimulado a assumir uma postura ativa, criativa e questionadora junto ao discurso museológico.

Soma-se a isto o fato de que, a partir das ações educativas, vivências de música e de dança, oficinas, apresentações artísticas, debates e outras atividades com pessoas diretamente ligadas ao frevo - em permanente diálogo com o conteúdo das exposições – o Paço do Frevo, busca permitir uma imersão do público em parte deste universo. Deste modo, esta instituição configura-se predominantemente como um “museu da experiência”, que busca contribuir continuamente, não pela contemplação, mas com um processo ativo de reflexão em relação ao conteúdo museológico e às demais questões relativas ao frevo.

Desde que foi inaugurado em 2014, o Paço do Frevo passou a desenvolver uma série de ações voltadas ao fomento e manutenção e tem se consolidando como um espaço de convivência, produção, difusão e convergência em torno do frevo. Por meio destas ações, o Paço do Frevo tem buscado contribuir de forma programada e sistemática de diferentes maneiras com as diretrizes das políticas públicas de salvaguarda para o patrimônio imaterial. Não por acaso, o museu tem sido premiado nacionalmente e vem sendo reverenciado pela própria comunidade do frevo pelo êxito de suas ações em torno da salvaguarda.

Pouco tempo depois de sua criação, no entanto, não só este equipamento, mas outras instituições ligadas ao frevo na cidade do Recife, como escolas de dança e centros

de formação e memória, bem como as próprias agremiações carnavalescas, coletivos artísticos, músicos, passistas e outros segmentos artísticos passaram a sofrer as consequências de uma crise política e econômica crescente e de grandes proporções em todo país, com repercussões duráveis no campo das artes e da cultura.

Dentre outros fatores, percebe-se que desde 2013, o cenário político brasileiro sofreu uma série de turbulências. O país passou a vivenciar uma crise política de grandes proporções - com repercussões duráveis no plano social e econômico - decorrentes de disputas pelo poder e denúncias de corrupção envolvendo gestores públicos, políticos de diferentes partidos, setores da grande mídia, diretores de empresas estatais e de empreiteiras.

Além disto, o destaque midiático cotidiano dado a supostos desvios e/ou uso irregular do dinheiro público, passou a influenciar cada vez mais a chamada “opinião pública” na defesa de mudanças estruturais nas diferentes esferas do governo, como forma de superar a tão propalada “ineficiência do Estado”, bem como na consolidação de um *corpus* legal de regulamentos que viessem permitir um controle mais rígido de suas ações.

Neste contexto, dentre outros elementos, houve uma pressão para descentralização das atividades da burocracia do Estado, reconfiguração e/ou desmonte de uma série de instituições e políticas voltadas ao campo da cultura, disciplina no dispêndio de recursos, corte e/ou limitações de seus gastos, terceirização dos serviços “não essenciais” e diminuição de investimentos.

No Governo de Michel Temer, entre 2016 e 2018, por exemplo, o Ministério da Cultura foi transformado em uma secretaria vinculado ao Ministério da Educação e, após uma série de protestos da classe artística, foi posteriormente recriado. No Governo Jair Bolsonaro, a partir de 2019, foi implementado uma reforma administrativa na qual o Ministério da Cultura foi dissolvido e transformado em uma secretaria, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ao Ministério do Turismo. Além disso, estes governos foram marcados por um completo desmonte das instituições e das políticas públicas de cultura no país, com claros rebatimentos nas esferas estaduais e municipais no que tange ao repasse de recursos, mecanismos de fomento, ações programáticas dentre outros aspectos no campo cultural.

Em meio a esse contexto que já se prenunciava desde o golpe político e parlamentar que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff⁵, em dezembro 2018, houve uma

⁵ Em agosto de 2016, a então Presidenta Dilma Rousseff foi afastada, após um controverso processo de *impeachment*, sob a acusação de ter financiado programas sociais utilizando créditos suplementares sem a

manifestação de músicos, maestros, assistentes, representantes de agremiações carnavalescas e foliões ao redor do Museu Paço do Frevo, localizado na cidade do Recife – PE (Brasil). Gritando palavras de ordem, empunhando cartazes, executando instrumentos musicais e promovendo um grande abraço coletivo em torno do edifício, a mobilização buscava chamar atenção da população para o iminente fechamento daquele museu.

Rumores sobre o possível encerramento das atividades do Paço do Frevo passaram a surgir na cidade, quando vieram a público notícias sobre a finalização do contrato de gestão celebrado entre a Prefeitura do Recife e uma Organização Social que administrava o museu, a demissão de todos os seus funcionários e o fechamento da instituição por tempo indeterminado (Diário de Pernambuco, 2018; Jornal do Commercio, 2018; Nascimento, 2018). Estas notícias foram divulgadas e ganharam repercussão nas redes sociais e na mídia local, em meio a um cenário de cortes sistemáticos de verbas para o campo da cultura e de políticas de austeridade, que passaram a ser implementadas cada vez mais pelo poder público nas esferas municipal, estadual e federal no Brasil. A manifestação fez com que fosse promovida uma audiência pública meses depois na Assembleia Legislativa do Recife e, a partir dela, o poder público local se comprometeu a manter o funcionamento do espaço, a despeito do contexto de austeridade econômica.

O Paço do Frevo, conforme mencionado, havia sido inaugurado há poucos anos, em 2014, em meio a uma grande celebração na cidade, a partir do registro do frevo como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN e de sua inclusão na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Com base nas diretrizes indicadas no Plano Integrado de Salvaguarda, o museu havia sido concebido com o objetivo de se tornar um espaço de referência no desenvolvimento de ações, programas e atividades integradas, com vistas à valorização, difusão e continuidade do frevo, enquanto um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade.

Não por acaso, desde a sua inauguração, o museu vinha promovendo diversas atividades, havia recebido prêmios e passou a ter um expressivo reconhecimento por parte da população local e por diversos atores sociais vinculados ao campo artístico e do

prévia autorização do Congresso entre 2014 e 2015. Em razão dos entendimentos jurídicos distintos acerca do mérito, de vícios do processo jurídico, do fato desta ser uma prática recorrente na maioria das gestões presidenciais, da crise política instalada no país pela oposição ao governo desde a eleição da Presidenta, diversos setores da sociedade brasileira e um considerável número de observadores internacionais passaram a considerar o episódio como um golpe de Estado parlamentar.

patrimônio no plano nacional e internacional, pela exemplaridade de suas ações no âmbito da salvaguarda.

O iminente fechamento daquele equipamento pareceu representar, com isso, para além da natural interrupção das atividades de um museu, uma frustração para os artistas e grupos que vivem mais cotidianamente o frevo em Pernambuco. Considerando que mesmo uma instituição que havia sido idealizada e construída no cerne e em função daquilo que Henri-Pierre Jeudy (2005) chamou de “maquinaria patrimonial”, que usufruía de uma relativa autonomia e expertise para captação de recursos e que vinha sendo premiada e respeitada por conta da exemplaridade de suas ações poderia fechar suas portas, ficou evidente que havia desafios que eram inerentes ao próprio campo do patrimônio e, ao que tudo indica, inúmeras fragilidades nas políticas de patrimonialização.

A despeito do contexto de austeridade e crise política, o caráter aparentemente “inflacionário” da categoria patrimônio na contemporaneidade - que pode se estender indefinidamente para diversos domínios de nossa vida cotidiana- conforme José Reginaldo Santos Gonçalves (2016), aliada às dificuldades em torno da manutenção por parte do poder público daquilo que foi patrimonializado, como observa Paulo Peixoto (2016), aparentemente se tornam mais evidentes em episódios como este que ocorreu no Museu Paço do Frevo.

Ao mesmo tempo, a manifestação dos artistas e grupos ligados ao frevo parece ter lançado luz para o fato de que os indivíduos fazem uso do patrimônio, enquanto categoria, em arenas políticas e na vida cotidiana. Ainda que a “participação cidadã” neste campo seja muitas vezes mais uma retórica do que propriamente uma prática vivenciada pelos indivíduos e grupos (Esteves, 2017; Peixoto, 2016), isto não quer dizer estes atores sociais não ressignifiquem categorias como “patrimônio”, “cultura”, “comunidade”, dentre outras, e não as incorporem em suas práticas, de um modo “enraizado” (Anderson, 2008; Cunha, 2009; Esteves, 2016; Meyer, Port, 2018; Sahlins, 1992).

Considerações finais

Neste trabalho, busquei apresentar algumas considerações preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento, por meio da qual pretendo compreender as ações e articulações políticas que indivíduos e coletivos culturais desenvolvem para manutenção de um bem patrimonializado, diante do atual cenário de reconfiguração e/ou desmonte de uma série de políticas públicas voltadas à cultura.

José Reginaldo Santos Gonçalves (2009) já havia convidado a pensar o patrimônio como uma “categoria de pensamento”, que pode transitar em diferentes contextos e assumir distintos contornos semânticos em diversos mundos sociais e culturais. Como sabemos, o campo do patrimônio é essencialmente uma arena de disputas, na qual estão em jogo interesses distintos de diversos atores sociais (Carvalho, 2004; Comaroff, Comaroff, 2009, Gonçalves, 2009; Meyer, Port, 2018; Peixoto, 2016). É importante tentar compreender, portanto, o que esta categoria representa e como os diferentes atores sociais fazem uso dela “*on the ground*” (Meyer; Port, 2018).

Em outras palavras, há algo comum que unia aqueles manifestantes, mas o frevo certamente tem diferentes sentidos para maestros, músicos, passistas, foliões, pesquisadores, gestores públicos, operadores do turismo, dentre outros indivíduos e coletivos mais diretamente ligados a esta expressão cultural. Entender, enfim, as razões pelas quais os manifestantes estavam protestando por ocasião do possível fechamento do museu e, em última instância, a relação dos atores sociais com aquilo que consideram como sendo o “seu patrimônio”, em arenas políticas e na vida cotidiana, são questões de fundo que pretendo responder com esta pesquisa.

Considerando os limites inerentes às políticas do patrimônio (Gonçalves, 2016; Peixoto, 2016) e o fato de que este campo é uma arena de disputas, na qual estão em jogo interesses de diferentes atores sociais (Carvalho, 2004; Comaroff, Comaroff, 2009, Gonçalves, 2009; Meyer, Port, 2018; Peixoto, 2016), acredito que este trabalho poderá ajudar a compreender os sentidos em torno do frevo para os chamados “detentores”, em arenas políticas e em suas práticas cotidianas, bem como os desafios e as perspectivas para manutenção de ações e políticas em torno do campo do patrimônio na atualidade.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Rita de Cássia. **Festas: máscaras do tempo**: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez N. **Cultura popular no Brasil**: Perspectiva de análise. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARVALHO, José Jorge, Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural à indústria de entretenimento *In*. TORRES, Maria Helena; TELLES, Lucia Silva (Ed.) **Celebrações e saberes da cultura popular**: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Rio de Janeiro, Funarte, Iphan, CNFCP (Encontro e estudos; 5), 2004.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. **Ethnicity, Inc.** The University of Chicago Press, Chicago, 2009.

CORSINO, Célia Maria. Apresentação. *In*: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento do Patrimônio Imaterial, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009

DANTAS SILVA, Leonardo. **O carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2000.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Paço do Frevo em dias de agonia. *In*. **Diário de Pernambuco**. 10, Dez, 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/12/paco-do-frevo-em-dias-de-agonia.html>. Acesso em: 16/02/2020.

ESTEVES, Leonardo L “**Cultura**” e **Burocracia**: as relações dos maracatus de baque solto com o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

_____. ESTEVES, Leonardo. Dilemas e Desafios na Aplicação dos INRCs: Notas sobre a atuação dos antropólogos nos Inventários para Registro do Patrimônio Imaterial. **Áltera Revista de Antropologia**, v.1, p.141 - 163, 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. *In*. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.) **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ed. Rio de Janeiro, 2009, p. 25 – 33.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, janeiro-junho, 211-228, 2015.

GRUMAN, Marcelo. Políticas públicas e democracia cultural no Brasil. **Enfoques On-Line**: Revista Eletrônica dos Alunos de Pós-Graduação em Sociologia. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 7, n2. 9 – 26, 2008.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. **Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo**, 1. Recife: Prefeitura do Recife; IPHAN, 2011.

_____. **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois**: Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003 – 2010). 2. ed. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento do Patrimônio Imaterial, 2010.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORNAL DO COMMERCIO. Futuro do Paço do Frevo é incerto. *In. Jornal do Commercio*. 13, Nov, 2018. Disponível em:
<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2018/11/13/futuro-do-paco-do-frevo-e-incerto-361923.php> Acesso em: 16/02/2020.

LÉLIS, Camen. **Frevo**: Patrimônio Imaterial do Brasil: síntese do dossiê de candidatura. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 2011.

MEYER, Birgit; PORT, Mattijs Van De. Introduction: Heritage Dynamics: politics of authentication of persuasion and cultural production of the real. *In. MEYER, Birgit; PORT, Mattijs Van De (Eds.). Sense of Essence: Heritage and Cultural Production of the real*. New York: Berghahn Books, 2018, p. 1 – 41.

NASCIMENTO, Anamaria. Após especulação de fechamento, Prefeitura diz que Paço do Frevo continua aberto, mas com horário reduzido. *In. Diário de Pernambuco*. 13, Fev. 2018. Disponível em:
<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2018/11/apos-especulacao-de-fechamento-prefeitura-diz-que-paco-do-frevo-conti.html> Acesso em: 16/02/2020.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Frevo, capoeira e passo**. 2. Ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.

PEIXOTO, Paulo. O Patrimônio e seus demônios nas sociedades contemporâneas. *In. Boletim Campineiro de Geografia*, v. 6, n. 2, 289 – 302, 2016.

RUBIM, Antônio A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios *In. RUBIM, Antônio. A. C.; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.) Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 11 – 36

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.

SARMENTO, Luiz Eduardo. **Patrimonialização das Culturas Populares**: visões, reinterpretções e transformações no contexto do frevo pernambucano. 2010, Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.